

Civilidade e bondade no ‘*Novo manual do bom tom*’*

Civility and kindness in ‘Novo manual do bom tom’

Maria Carolina Medeiros**

Resumo

O presente artigo é parte de um estudo mais amplo que tem como objetivo investigar a trajetória da literatura de civilidade e dos manuais de etiqueta no Brasil, refletindo sobre aspectos centrais do contexto histórico e cultural em que estiveram inseridos. Analisa-se a conjuntura histórica que marcou a chegada deste tipo de literatura ao Brasil como consequência da europeização dos costumes iniciada com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Assumindo que essa literatura de civilidade funciona como mediadora para a compreensão dos hábitos e comportamentos de seu tempo, empreendeu-se uma análise do discurso no *Novo manual do bom tom* (VERARDI, [1857] 1900), buscando compreender a associação entre civilidade e bondade neste manual do século XIX.

Palavras-chave: literatura de civilidade; manuais de etiqueta; bondade.

Abstract

*This article is part of a larger study that aims to investigate the trajectory of the literature of civility and the manuals of etiquette in Brazil, reflecting on central aspects of the historical and cultural context in which they were placed. It was sought to understand the historical context that marked the arrival of this type of literature in Brazil as a consequence of the Europeanization of the customs initiated with the coming of the Portuguese court to Rio de Janeiro. Assuming that this literature of civility acts as a mediator for the understanding of the habits and behaviors of its time, an analysis of the discourse present in *Novo manual do bom tom* (VERARDI, [1857] 1900) was undertaken, seeking to understand the association between civility and kindness in this manual of 19th century.*

Keywords: *literature of civility; manuals of etiquette; kindness.*

1. Introdução

* Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001, e apresentado no GT 04 – Comunicação, Narratividade e Discursos Midiáticos do XIV PosCom PUC-Rio, de 21 a 24 novembro de 2017.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio; integrante do Grupo de Pesquisa Narrativas Midiáticas da Vida Moderna/PUC-Rio; e-mail: mariacarinamedeiros@gmail.com.

As reflexões apresentadas neste artigo sobre o conceito de civilidade têm como fio condutor as análises e conceituações a respeito do processo civilizador realizadas pelo sociólogo Norbert Elias. Elias ([1939] 2011) tomou a literatura de civilidade como representação do funcionamento da própria sociedade. Para isso, analisou as transformações ocorridas nos conceitos de civilidade, utilizando como instrumento diversas obras que contêm instruções sobre como se comportar em sociedade, seja na Idade Média ou nos tempos modernos.

A partir de Elias ([1939] 2011), foi aqui considerado o período do fim da Idade Média e a transição para a Renascença como ponto de partida para a reflexão sobre o processo civilizador, por qualificar este como um período que fornece valiosas informações sobre comportamentos socialmente aceitáveis. Dos manuais de civilidade, Elias ([1939] 2011) considera como primeiro tratado estabelecido a obra *De civilitate morum puerilium*, escrita pelo humanista Erasmo de Rotterdam em 1530. Entretanto, analisa diversos outros tratados, trechos, poemas e até canções a partir do século XIII até o século XIX, a fim de compreender a trajetória dos hábitos e costumes a partir da literatura de civilidade. Para ele, a literatura de civilidade representa a possibilidade de compreender os modos de conduta, a “civilização dos costumes” ao longo dos tempos.

De acordo com a historiadora Maria do Carmo Rainho (1995), estudiosa do tema, a literatura de civilidade é composta de tratados de cortesia, manuais de *savoir-vivre*, regras de etiqueta, elementos de moral, guias do bom tom. Trata-se de um *corpus* constituído pelos livros voltados para o ensino das maneiras tidas como corretas, que abrangem os hábitos à mesa, higiene e funções corporais, como espirrar, escarrar, assoar o nariz, comportamentos em casa e na rua, cuidados com o vestuário, entre outras.

No Brasil, numerosos manuais de etiqueta e civilidade foram editados e reeditados ao longo do século XIX. Eram obras facilmente encontradas nas ruas e muito vendidas, tendo em vista a população alfabetizada naquele momento. Um fato que comprova a difusão destas obras é o relato do viajante Thomas Ewbank que cita um *Manual de polidez* como uma das muitas obras do tipo vendidas nas ruas do Rio de Janeiro na ocasião de sua vinda à cidade, em 1846 (RAINHO, 1995). Anúncios em jornais da época também sugeriam que a leitura deste tipo de manual era imprescindível para quem desejava ser bem-sucedido na sociedade.

Elias ([1939] 2011) mostra como a literatura de civilidade foi fundamental, ao longo de quatro séculos, ao processo civilizador, e como os antigos costumes “bárbaros” são abandonados em nome dos preceitos de civilidade. De maneira geral, ele entende que os comportamentos foram

modificados por dois fatores fundamentais: a instauração das monarquias absolutistas, com a figura central do rei, e o estreitamento das relações pessoais, implicando em um controle dos gestos e emoções.

Este modelo de civilidade, presente na sociedade de corte, é amplamente estudado por Elias ([1969] 2001), que tem na figura do rei Luís XIV da França, o Rei Sol, um monarca que instaurou um complexo cerimonial, onde a civilidade passa a ser distintiva. Com o tempo, a civilidade restrita à corte é absorvida na França e, no decorrer do século XVIII, largamente difundida, inclusive nos meios rurais, segundo Rainho (1995), através da circulação de manuais de etiqueta.

O Brasil experimentou de modo muito peculiar as práticas e os modos de vida da sociedade de corte. De 1808 até 1821, período de permanência da corte portuguesa no país, mudanças profundas aconteceram na sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, cidade que passou a ser sede da monarquia. Segundo Rainho (1995), a literatura de civilidade contida nos manuais que chegaram ao Rio de Janeiro no século XIX reproduzia modelos de comportamento consolidados, aceitos e absorvidos em outras nações, especialmente na França, nosso modelo de civilização, na chamada europeização dos costumes.

O objeto selecionado para análise neste artigo é o *Novo manual do bom tom*, manual de etiqueta publicado em 1857 por Louis Verardi sob o título original *Almanach de la politesse – nouveau guide pour se conduire dans le monde*, que em português seria traduzido como “Almanaque da polidez – novo guia para se conduzir no mundo”. Louis Verardi, que na edição brasileira foi traduzido como Luiz Verardi, era o pseudônimo do botânico francês Pierre Boitard. Sob seu nome verdadeiro, Boitard publicou muitos outros manuais, mas na área de agricultura e botânica, como *Manuel complet de botanique ou Principes de botanique élémentaire* (1826), *Manuel de physiologie végétale, de physique, de chimie et de minéralogie, appliquées à la culture* (1829) e *Manuel complet de l’architecte des jardins, ou l’art de les composer et de les décorer* (1834).

Sob o pseudônimo de Luiz Verardi, o *Novo manual do bom tom* teve pelo menos seis edições no Brasil em um curto intervalo de tempo – já que a sexta publicação data de 1900, menos de cinquenta anos depois da primeira, publicada em 1857. Mais de um século depois, o manual ainda está disponível para compra na internet, no site Estante Virtual e na *Amazon.fr*, e também para *download* do seu conteúdo integral em francês. O *novo manual do bom tom* é, pois, uma obra

escrita por um francês, nacionalidade cuja cultura inspirou e influenciou fortemente o surgimento das boas maneiras em sociedade no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Como a sexta edição, a que tivemos acesso, foi publicada em 1900, pressupõe-se que edições anteriores circularam na capital em meados do século XIX, justamente o período de grandes mudanças na configuração dos “bons modos” nacionais. A escolha do *Novo manual do bom tom* se dá, então, pelo período histórico em que se encontra, por ter sido escrito por um francês e pela recorrente menção que recebe em pesquisas, teses e dissertações sobre civilidade e etiqueta utilizadas e disponíveis nas referências bibliográficas.

2. A trajetória da civilidade

De acordo com Elias ([1939] 2011), os livros sobre boas maneiras constituem um gênero literário de muito valor se o objetivo é entender os modos de comportamento que cada sociedade espera de seus membros e observar mudanças de hábitos a que essas sociedades, cada qual em sua época, procuram acostumar os indivíduos. As maneiras que hoje entendemos como naturais para a vida coletiva como um todo nada têm de intrínsecas ao ser humano; são, sim, parte de um condicionamento e de um aprendizado cultural ao longo dos tempos.

Tomemos como base um contraponto entre o corpo medieval e o corpo moderno. Segundo José Carlos Rodrigues (1995), o corpo medieval tratava-se de outro corpo, cujo referencial de sensibilidade aos cheiros, aos contatos táteis, ao prazer e ao desprazer era também muito diferente. Para Elias ([1939] 2011), naquele tempo, as pessoas tinham entre si relações diferentes das que hoje vivemos, com a ausência de uma espécie de parede invisível de emoções que hoje parece se erguer entre um corpo humano e outro. A mudança desse referencial alterou a noção de higiene, de nojo, de perigo, de impureza (DOUGLAS, [1966] 1991).

As proibições ficam mais severas à medida que novas formas sociais colocam o indivíduo em uma posição de sempre ser observado em seus gestos e atitudes. Segundo Roger Chartier ([1986] 2009), os efeitos desse distanciamento dos corpos são percebidos nas mudanças dos hábitos, e o que um observador do século XXI acha natural, como a proibição de manifestar em público funções corporais consideradas nojentas, como cuspir, assoar o nariz, arrotar, escarrar, não era a realidade da Idade Média e de séculos seguintes.

Elias ([1939] 2011) entende que obras como a de Erasmo e tantas outras que se seguiram, denominados tratados, literatura de civilidade ou manuais de etiqueta, desempenham o mesmo

papel: são “(...) instrumentos diretos de condicionamento ou modelação, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vive tornam necessários” (Elias, [1939] 2011, p. 91). Essas obras nos ajudariam a entender processos sociais, alguns sobre os quais temos poucas informações, como é o caso de períodos como o século XVI no qual Erasmo escreveu *De civilitate morum puerilium*.

Nesse sentido, Elias ([1939] 2011) reitera que o tratado de Erasmo surgiu em uma época em que uma hierarquia social mais rígida se firmava e uma nova classe social superior e uma nova aristocracia se formavam, a partir de elementos de origens sociais diversas. Erasmo se refere à transição da Idade Média para a Renascença e às transformações que, pouco a pouco, deixaram as tradições medievais e influenciaram novos modos de viver. Para Elias, é esta a razão que faz com que a questão do comportamento uniforme seja cada vez mais importante, uma vez que cada indivíduo fica mais exposto à pressão social dos demais e do controle social.

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código do comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente. (ELIAS, [1939] 2011, p. 87)

Para Elias, os livros sobre boas maneiras fornecem informações detalhadas sobre aspectos do comportamento humano. A comparação que o autor estabelece entre manuais do século XIII até o século XIX mostra que o que hoje entendemos como sendo hábitos civilizados difere, em muitos aspectos, dos hábitos do homem ocidental através dos séculos. As regras e modos de comportamento trazidos em antigos manuais são capazes de, no mínimo, provocar espanto, considerando os conceitos e práticas do que hoje entendemos como civilizado.

Em períodos de transição surgem demandas por novas formas de agir, de se relacionar, de viver. Formas capazes de regulamentar a vida em sociedade, regras descrevendo o que deve e o que não deve ser feito são modos que não apenas ajudam a estabelecer novos papéis sociais, como também dão segurança a uma sociedade frente às mudanças do período. Para Pilla, a máxima presente nos manuais de civilidade de todos os tempos é “(...) o comportamento social adequado é composto de normas que devem ser cumpridas em benefício dos outros e do nosso relacionamento com eles” (PILLA, 2004, p. 108). Isso ocorre desde a sociedade de corte do Rei Luís XIV, onde a

participação em um exaustivo cerimonial se dava a fim de promover a inserção em um grupo (a corte), e continua a acontecer no decorrer do processo civilizador estudado por Elias ([1939] 2011).

Os manuais servem justamente como guias para um novo mundo, seja esse mundo um novo círculo social em que se deseja ser capaz de agir como seus pares; seja para quem ainda não naturalizou todos os modos de agir considerados educados; seja para consultá-los eventualmente quando se recebe em casa; seja para se familiarizar com as novas regras que novos tempos trazem, ou para um sem-número de possibilidades, todas elas convergindo para se mostrar civilizado perante aos demais. Essa demanda por aprender boas maneiras é ainda mais latente em fases de transição, de transformações na sociedade, uma vez que mudanças sociais demandam novos papéis sociais. Enquanto esses papéis não forem naturalizados, enquanto os novos hábitos não forem assimilados, precisam estar descritos no formato de regras.

No contexto da literatura de civilidade, destaca-se a importância que Elias dá ao tratado de Erasmo, justamente pelo fato de a obra do humanista se situar na transição da Idade Média para a Renascença e, assim, como vimos, anunciar com clareza “alguma coisa nova” e formar uma “espécie de ponte” entre as maneiras da Idade Média e os tempos modernos (ELIAS, [1939] 2011, p. 79).

3. A bondade como expressão de civilidade no *Novo manual do bom tom*

Em 1900, foi lançada no Brasil a sexta edição do *Novo manual do bom tom*. Na publicação consta que o manual foi “traduzido do francês de Luiz Verardi” e “oferecido ao público brasileiro por um amigo da mocidade”, sem informações mais precisas que nos levem ao autor do original ou ao seu tradutor no Brasil. Mas de acordo com o pesquisador Fernando Santos (2011), Luiz Verardi é o francês Pierre Boitard que, sob o pseudônimo de Louis Verardi (Luiz, na tradução brasileira), teria publicado a primeira edição do manual em 1857. Pierre Boitard foi um botânico, zoólogo e geólogo que viveu de 1789 a 1859 e escreveu, sob seu nome verdadeiro, outros tratados e manuais sobre botânica, jardins, flores e afins.

Como dissemos na introdução, o manual está disponível na internet para compra – no site Estante Virtual, foi possível adquirir a sexta edição da obra em português – e também para *download* do seu conteúdo integral em francês. Não encontramos traduções em língua portuguesa anteriores à sexta edição, publicada em 1900, mas, de acordo com Fernando Santos (2011), o *Novo manual do bom tom* circulou no Brasil ao longo do século XIX, sendo seus códigos e regras intensamente divulgados e debatidos, por exemplo, na cidade mineira de Ouro Preto, então capital

da província de Minas Gerais. Logo, muito provavelmente o livro circulou também no Rio de Janeiro e em Salvador, as duas principais metrópoles do período.

Acompanhando a avaliação de Elias ([1939] 2011) sobre os tratados de civilidade, consideramos que o *Novo manual do bom tom* traz a possibilidade de compreender os modos de conduta e dos costumes de sua época. Na apresentação da obra, o livro se propõe a trazer “(...) moderníssimos preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida (...)”, indispensável, pois, para aqueles que desejassem ser “bem quistos” e caminhar “(...) sem tropeço pela carreira do mundo (...)” (VERARDI, [1857] 1900, p. 1)¹.

O manual tem 201 páginas e é dividido em oito capítulos. Já no primeiro, “Da civilidade”, o conceito de civilidade é definido segundo três pensadores, todos franceses como o autor. “Diz (o filósofo e iluminista) Voltaire: A civilidade é para o espírito o mesmo que a graça para o semblante, da bondade do coração é ela a doce imagem, e é a bondade o que se apetece”. Para o escritor e historiador francês Charles Pinot Duclos, “(...) a civilidade é a expressão ou a imitação das virtudes sociais”, enquanto o filósofo Jean de La Bruyère “(...) assevera que o espírito da civilidade é uma certa atenção em fazer por palavras e maneiras com que os outros fiquem contentes de nós, e deles mesmos, e isto é a pura verdade” (VERARDI, [1857] 1900, p. 5).

Verardi descreve a civilidade como um conceito amplo, que compreende a moral, a decência, a honestidade, a cortesia. Argumenta que a civilidade seria a “(...) expressão da bondade, da moral e do coração (...)” (VERARDI, [1857] 1900, p. 5), unicamente fundada no amor ao próximo, no desejo de agradar: “(...) a prática do mundo é o mais poderoso auxiliar da civilidade (...)” e, se a civilidade é somente uma máscara, convém utilizá-la, “(...) pois vale mais fazer-se estimar em todas as circunstâncias, que fazer-se aborrecer. Nisto todos lucrarão” (p. 7). O autor, no entanto, assinala a diferença entre a prática do mundo e civilidade: a primeira configuraria uma civilidade de convenção, adquirida pelo convívio em sociedade, enquanto a segunda seria “(...) unicamente a linguagem do coração” (p. 9). Trata-se de uma obra com instruções claras sobre como se comportar primeiro em relação à vida doméstica e, em seguida, também na vida em sociedade.

Vimos que o conceito de civilidade está diretamente imbricado na sociedade de corte francesa. A corte buscava se diferenciar de diversas formas, através de mudanças que consistiam em tornar embaraçosos comportamentos antes aceitáveis. O refinamento ou civilização significaria disciplinar as reações dos indivíduos e controlar emoções. Segundo Elias ([1939] 2011), a corte e a Igreja tinham como objetivo disseminar regras e cartilhas civilizatórias. “A civilidade ganha um

novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se, como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos” (ELIAS, [1939] 2011, p. 107).

O padre francês João Batista de La Salle, que escreveu manuais de civilidade cristã em fins do século XVII, revela em seu tratado, mencionado por Elias, se surpreender que a maioria dos cristãos considere o decoro e a civilidade como qualidades puramente humanas e não como virtudes relacionadas a Deus, ao próximo e a nós mesmos. Elias ([1939] 2011) relata que, para La Salle, não há nenhuma ação que deva ser feita caso os motivos não sejam puramente cristãos: este é o preceito que pais, mães e educadores devem seguir ao ensinar regras de cortesia às crianças.

Como nessa época boa parte da educação oferecida na França estava nas mãos da Igreja, foi através dela que muitas regras de civilidade se disseminaram no país. Livretos como o de La Salle eram impressos e distribuídos como manuais de educação elementar de crianças, juntamente com as primeiras lições de leitura e escrita – da mesma maneira, como vimos no primeiro capítulo, o *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo, era igualmente destinado às crianças, demonstrando que a infância passa a ser considerada a fase da vida mais propícia para realizar o processo civilizador dos indivíduos.

Segundo Elias ([1939] 2011), neste contexto, a exemplo do que ocorreu com o conceito de *courtoisie* – que foi perdendo espaço para o conceito de *civilité* até que este último se tornou preponderante, a noção de *civilité* deixa de ser usada para dar lugar ao termo *politesse*. Logo em seguida, no entanto, todos esses conceitos são absorvidos em um novo termo, “(...) na expressão de uma nova forma de consciência” (ELIAS, ([1939] 2011, p. 108), denominado *civilisation*. “Cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social. Indicam qual sociedade fala e é interpelada” (p. 109). De acordo com Fernando Santos (2011), enquanto para os cortesãos a civilidade era distintiva, os manuais do século XIX abordam o conceito de civilidade como algo a ser cultivado, polido ou contido, utilizado na construção de uma sociedade com o objetivo de tornar os indivíduos menos rudes e mais comedidos.

Não surpreende, pois, que em seu *Novo manual do bom tom* escrito na França em 1857, Luiz Verardi faça a todo o tempo associações entre civilidade e bondade, fundamentando o “ser civilizado” como algo diretamente relacionado ao coração, ao amor ao próximo e a Deus. Na edição analisada, diz que “(...) a civilidade é a expressão da bondade, da moral e do coração, abstração feita de toda a vaidade mundana, e do egoísmo”, e que “(...) não há verdadeira civilidade sem moral,

sem bondade, sem benevolência, e sem certa sensibilidade”, sendo ela “(...) unicamente fundada no amor ao próximo, e no desejo que há de ser amado pelos outros, como cada um se ama a si” (VERARDI, [1857] 1900, p. 6). Civilidade é “unicamente a linguagem do coração” (p. 9). A bondade fundada no amor ao próximo se liga diretamente a um dos mandamentos do cristianismo, “(...) amar ao próximo como a ti mesmo”, máxima que está presente ao longo de todo o manual. “A civilidade consiste em ser tão bom e tão amável para com os outros como se deseja que sejam consigo próprio” (p. 7).

Regras relacionadas à bondade permeiam todo o *Novo manual do bom tom*, na maior parte das vezes relacionando o conceito de civilidade a Deus. Em uma citação direta do Evangelho, o manual mostra que o desejo de agradar e de ser aceito já teria sido ensinado nas palavras de Jesus Cristo. “É preciso repetir que a civilidade procede do coração”, e assim “(...) qualquer homem que praticar o que determina o Evangelho: não faças a outro o que não quiseses que te façam, e faz-lhe o bem que querias te fizessem, será estimado de todos, e poderá se considerar bastante polido” (VERARDI, [1857] 1900, p. 23).

Bondade e civilidade estão tão intrinsicamente ligadas que “(...) uma pessoa dotada de grande bondade não pode deixar de ser civil, visto que a civilidade não é outra coisa senão a expressão da bondade” (VERARDI, [1857] 1900, p. 23). Para Colin Campbell, no século XVII há a ideia de que o ideal cristão da benevolência encarece o homem que, “(...) movido pela piedade e compaixão para desempenhar atos de caridade para com seus companheiros, exemplifica a ideia da santidade como bondade” (CAMPBELL, 1987, p. 168). A necessidade de se perceber como “escolhido” por Deus daria ao indivíduo a certeza de que estaria “salvo”, e a melhor forma de ser um dos “eleitos” da piedade divina seria expressando a bondade para com os outros.

(...) a ênfase primordial colocada sobre a bondade e o amor de Deus significava que essas qualidades constituíam o que de mais divino havia no homem, que foi feito à sua imagem, a esse respeito. (...) essa bondade resultou de sentimentos, como no caso do amor de Deus, e de modo algum se constituía de ações filantrópicas. Neste sentido, o que estava sendo defendido não era tanto que os homens deviam *fazer* o bem quanto que deviam *ser* bons. (...) O que se sustentou, essencialmente, foi que a capacidade do homem para a simpatia e a empatia com os outros era uma qualidade especialmente divina, implantada no homem por Deus, de modo que a bondade lhe sucedesse. (CAMPBELL, 1987, p. 172)

O *Novo manual do bom tom* nos esclarece que “(...) a bondade é a virtude que mais vos fará estimar no mundo”, sendo o “(...) meio mais poderoso para desarmar a inveja e a maledicência”; remetendo à relação cristã entre pecado e arrependimento, diz que a bondade “(...) tem um poder tal

sobre o coração humano, que um de seus atos só, pode fazer perdoar muitos atos duvidosos” (VERARDI, [1857] 1900, p. 23). A posição do autor lembra a oração do Pai Nosso, em que o pedido a Deus é “perdoai nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tenha ofendido”.

A psicanalista Maria Rita Kehl (2009) observa que a delicadeza, apesar de ser necessária ao convívio, não seria uma parte intrínseca da condição humana. Justamente por não ser natural, embora seja essencial, a delicadeza precisaria de algumas condições para ser preservada e teria na polidez uma espécie de “irmã caçula”. Para tratar do assunto, Kehl (2009) cita o filósofo contemporâneo francês André Comte-Sponville (1995) e seu *Pequeno tratado das grandes virtudes*, segundo o qual a polidez estaria na origem de todas as outras virtudes. Segundo Kehl (2009), Comte-Sponville (1995) considera a polidez como virtude de valor ambíguo do ponto de vista moral, já que, por ser “treinável”, pode ser apenas um enfeite – enfeite esse que o *Novo manual do bom tom* defende que seja usado. A polidez faz o homem parecer por fora o que deveria ser por dentro. É por não ser uma qualidade naturalmente humana que a polidez é valorizada, assim como a delicadeza. “A delicadeza não é causa de nossa humanidade, é efeito dela” (KEHL, 2009, p. 453).

Considerações finais

A delicadeza e a polidez, presentes no discurso trazido pelo manual de etiqueta analisado, são valorizadas por aumentarem a distância entre o ser humano e outros seres vivos. No estudo da etiqueta à mesa, são inúmeros os exemplos que comparam a falta de modos ao comportamento animal. Os manuais de etiqueta organizam regras que dotariam os indivíduos de humanidade; mais que imposições didáticas, as regras de etiqueta são ordenamentos morais que auxiliam a vida humana ao caracterizar os indivíduos acima da condição de outros seres vivos.

Nesse contexto, a regra de etiqueta “ser bom” adquire uma conotação filosófica. As mensagens extraídas dos manuais de etiqueta associam a humanidade ao sujeito europeu e cristão, que reverencia e ama a Deus. Publicado no Brasil, o *Novo manual do bom tom* reforçaria o ideal civilizador trazido pela chegada da corte portuguesa. O Brasil, país primitivo e atrasado, onde vigoravam, até a colonização, cultos indígenas politeístas, deveria manter a continuidade da europeização de seus costumes. Os manuais são, obviamente, um exemplo claro de etnocentrismo (ROCHA, [1984] 2006), na medida em que sugerem que o Brasil era uma terra arrasada de hábitos e costumes, um país de selvagens que precisariam desses guias com regras para se tornar bons e civilizados.

Verardi trata, portanto, de uma civilidade relacionada à “prática do mundo”, que seria uma civilidade de convenção aprendida no convívio social, assim como a polidez é um enfeite para Comte-Sponville (KEHL, 2009), algo como uma “máscara” que, se necessário, deve ser usada, “(...) pois vale mais fazer-se estimar em todas as circunstâncias que fazer-se aborrecer. Nisto todos lucrarão” (VERARDI, [1857] 1900, p. 7).

A civilidade comanda os comportamentos do indivíduo em sociedade. Segundo Chartier ([1986] 2009), na medida em que as novas formas sociais (e, sobretudo, a corte) ampliam as dependências recíprocas e as familiaridades impostas, exigindo uma tradução sempre visível, sempre pública do que o indivíduo é, o conceito de civilidade passa a estar intimamente ligado à capacidade de controle: dos gestos, das emoções, dos corpos, do espaço, do próprio indivíduo. Este posicionamento tem a ver com o desejo de agradar ao outro, que permeia todo o manual, e que é coerente com a regra máxima da literatura de civilidade em geral de “não incomodar o outro”, além da ideia de que ser civilizado é ser polido, ser agradável com todos, ainda que através de uma máscara social.

As máscaras sociais foram objeto de estudo do antropólogo Erving Goffman, que, ao longo de sua trajetória intelectual, desenvolveu a ideia que a vida social é constituída pelas interações entre os indivíduos. Segundo a perspectiva dramaturgica que desenvolve, as máscaras são acionadas constantemente nos diversos palcos de representações, conceituados pelo autor como os locais onde os indivíduos são levados a agir na vida cotidiana. Essa representação de si mesmo para os outros é analisada em *A representação do eu na vida cotidiana* (GOFFMAN, [1956] 1975), livro no qual pretende mostrar que o indivíduo exerce múltiplos papéis, e as interações funcionam de forma semelhante à lógica de atores no palco, com indivíduos e grupos constantemente representando uns para os outros. Agem de forma teatral, por vezes sem consciência disso, mas em grande parte do tempo atuam, com objetivo de causar uma determinada impressão a quem lhes observa para obter respostas que lhe interessam.

Assim, na construção das máscaras, seria necessária a integração entre os indivíduos e o ambiente. A máscara bem adaptada protegeria a fachada social dos atores, que desempenhariam bem seus papéis. Nesse sentido, os manuais, ao caracterizarem as normas de etiqueta como máscaras sociais, ensinam a correta inserção dos pequenos gestos nas práticas diárias no mundo. Segundo o manual, (...) a prática do mundo é o mais poderoso auxiliar da civilidade”, já que é “(...)

é muito difícil ser polido com as pessoas que não se estimam se a prática do mundo não intervém” (VERARDI, [1857] 1900, p. 6).

Na vida cotidiana, a bondade deveria estar presente, sobretudo, na relação doméstica, uma vez que “(...) o homem verdadeiramente amável muito mais o será em sua casa entre os seus parentes, em companhia de sua mulher e filhos, do que em qualquer outra parte”, e seguir as leis de Deus é fundamental no lar: “É de obrigação amar, honrar e respeitar pai e mãe, tais como Deus os deu. Ele disse: Honrarás teu pai e tua mãe” (VERARDI, [1857] 1900, p. 10). Aos pais, cabe não aplicar aos filhos castigos injustos e repreendê-los com moderação.

São papéis dos pais inspirar nos filhos horror ao hábito de mentir e vigiar suas paixões, destruindo as más e estimulando as boas. Como exemplo, o autor sugere a proibição da leitura de “maus livros”, que seriam não apenas os que atacam os bons costumes, como também os que não oferecem nenhum tipo de instrução. Sobre as crianças, recomenda-se saber que “(...) o que praticarem por afeição será sempre bem feito; o que praticarem por medo sempre sairá mal” (VERARDI, [1857] 1900, p. 13). Cabe ensinar aos filhos a partir do exemplo, uma vez que “(...) as primeiras impressões da infância nunca se desvanecem; elas são verdadeiramente a base do bom ou mau caráter do indivíduo” (p. 12).

O *Novo manual do bom tom* oferece orientações específicas para as mulheres, desde as jovens que desejam se casar até as esposas e mães. Embora tais orientações sejam sempre seguidas de frases como “o mesmo deve ter o marido em vista”, sugerindo que tais indicações se dirigem aos homens tanto quanto às mulheres, os conselhos dedicados ao sexo feminino são mais detalhados e numerosos. Às esposas, caberia ao longo do casamento o mesmo empenho que dedicaram antes de casar, lembrando-se que “Deus deu a mulher ao homem para fazer a felicidade da família, portanto ela deve aceitar de muito boa vontade este papel” (VERARDI, [1857] 1900, p. 18). Às moças, jovens senhoras, a leitura de romances deve ser absolutamente proibida, uma vez que

(...) os melhores (*romances*) de todos apenas dão ideias confusas e muito falsas do mundo e da vida positiva. A jovem acostumada a semelhante leitura, se chega a casar, fica desconsolada se não acha, como é natural, no seu marido o herói do romance em que tantas vezes sonhou. (VERARDI, [1857] 1900, p. 16)

Essa visão corrobora o que Campbell (1987) aponta sobre a popularização dos romances no século XVIII. Embora o gênero tenha sido muito difundido, não tinha aprovação pública, e os autores comumente se desculpavam por escrevê-los.

(...) A leitura desses romances era retratada como não sendo meramente habitual e, conseqüentemente, com probabilidades de levar a uma espécie de decadência emocional e imaginativa, mas também capaz de criar uma generalizada insatisfação com a vida, levando as jovens senhoras (...) a esperarem que a vida fosse como um romance sentimental”. (CAMPBELL, 1987, p. 247)

No capítulo quatro do manual, “Do mundo e da etiqueta”, Verardi retoma novamente o conceito de bondade como ferramenta para ser aceito no mundo e a necessidade de ser agradável para uma boa convivência. Recomenda que, uma vez que todos buscam momentos de alegria e distração, “(...) deve cada um tratar de ser agradável, sem o que o mundo se tornará frio e indolente” e ainda que “(...) para achar satisfação é indispensável ser bom e indulgente, e então a sociedade se tornará amável e boa” (VERARDI, [1857] 1900, p. 74).

A bondade também é vista como uma das exigências da sociedade, sendo um dever “(...) para os homens que vivem em sociedade”. Além disso, “(...) só a bondade basta para nos fazer amados no mundo, porque ela traz consigo um encanto inexplicável que seduz e atrai os corações” (VERARDI, [1857] 1900, p. 136). Segundo o autor francês, um homem dotado de bondade não pode faltar à civilidade e, curiosamente, cita Napoleão Bonaparte como exemplo de homem bondoso e civilizado, afirmando que “(...) se os homens destinados a governar conhecessem todo o poder da bondade, nós não veríamos frequentemente os tronos despedaçados subjugados pela cólera dos povos” (p. 137). Afinal, “a civilidade não é mais que a expressão da bondade” (p. 142).

Devemos lembrar que o *Novo manual do bom tom* foi escrito no fim do século XIX. Como explicado, a disseminação dos manuais no século XVIII se deu através da Igreja, em um período em que os valores cristãos eram intimamente associados à bondade, funcionando esta virtude como sinal de que o homem era um dos eleitos de Deus. Provavelmente Verardi ([1857] 1900) foi influenciado por esse contexto da civilidade associada a Deus, à religião e à bondade.

Em manuais de etiqueta posteriores, a associação de bondade como expressão de civilidade não é enfatizada, o que leva a crer que foi enfraquecida ao longo do tempo. Entretanto, não é possível precisar em que momento exato isso aconteceu, pois, como afirma Elias ([1939] 2011), nada que diz respeito ao processo civilizador tem uma data pontual, a transição sempre é um processo – daí a expressão que ele cunha: o processo civilizador.

Nota

1. Nas citações da obra, optamos por adaptar o texto ao padrão atual da Língua Portuguesa a fim de facilitar a leitura.

Referências bibliográficas

- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, volume 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, [1986] 2009.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Edições 70, [1966] 1991.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: Uma História dos Costumes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 2011.
- _____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1969] 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- JUNIOR, João Muniz. *A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho*. Caderno Espaço Feminino, v. 27, nº 2. Uberlândia MG, jul/dez 2014.
- KEHL, Maria Rita. Delicadeza. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações*. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições Sesc, 2009.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Manuais de civilidade, modelos de civilização*. História em Revista (UFPEL), Pelotas, v. 9, n. 2, p. 105-134, 2003.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, número 1-2, p. 139-152, jan/dez 1995.
- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU, 1995.
- SANTOS, Fernando M. S. de Oliveira. *Lições de civilidade: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)*. Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. São João Del-Rei, MG, 2011.
- VERARDI, Luiz. *Novo manual do bom tom*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.